



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

Aos 7 dias do mês de junho de 2021, reuniu, pelas 14H30 horas, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala dez do Palácio de S. Bento e por videoconferência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação de Pareceres relativos a pedidos de levantamentos de imunidade parlamentar - Autores dos Pareceres: João Oliveira e Paulo Rios de Oliveira (Ponto Reservado)

2 – Apreciação e votação de Parecer sobre renúncia e substituição de mandato de Deputado

3 – Apresentação e votação do Relatório Final da Petição n.º 224/XIV/2ª - "Mudar o sistema de registo dos deputados na Assembleia da República: Biometria em vez de "passwords partilhadas"" - Autora do Relatório - Deputada Márcia Passos (PSD)

4 – Votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 395/XIV/1.ª (PAN) - Determina a incompatibilidade do mandato de Deputado à Assembleia da República com o exercício de cargos em órgãos sociais de entidades envolvidas em competições desportivas profissionais (14.ª alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março – Estatuto dos Deputados), incluindo a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD;

5 – Votação na especialidade do Projeto de Lei 613/XIV/2ª (PSD) - Décima quarta alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, do Projeto de Lei n.º 636/XIV/2ª (PAN) - Determina a possibilidade de substituição temporária dos deputados em caso de candidatura à eleição de Presidente da República, de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ou de titular de Órgão das Autarquias Locais (14.ª alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de Março) e do Projeto de Lei n.º 638/XIV/2ª (CDS-PP) - Alteração do Estatuto dos Deputados em



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

matéria de suspensão do mandato (14.ª alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março)

6 – Apreciação e deliberações relativas ao Projeto de Lei n.º 169/XIV/1.ª (PAN) - Determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações “discretas” em sede de obrigações declarativas (Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), incluindo a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD

7 – Aprovação da ata n.º 49, de 25 de maio

8 – Diversos

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu início à reunião dando as boas vindas ao Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) que substituíra o Senhor Ex-Deputado André Silva na Comissão. Informou que o Senhor Deputado iria apenas assistir à reunião, não podendo participar, na medida em que apenas na reunião Plenária de 3 de junho ficaria formalizada a substituição. Seguidamente, entrou no ponto 1 da ordem de trabalhos tendo informado que devido ao número de pareceres a serem apresentados pelo Senhor Deputado João Oliveira (PCP), não foi possível ao relator disponibilizá-los à Comissão em tempo, pelo que os mesmos seriam agendados para a próxima reunião. Neste ponto, seria apenas apresentado o parecer do Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), que impossibilitado de estar presente, solicitou à **Senhora Deputada Márcia Passos (PSD)** para o apresentar em seu nome, a quem o Senhor Presidente deu a palavra, para esse efeito.

Finda a apresentação do parecer e aberto o debate, usou da palavra o Senhor **Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS)** que felicitou o relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) pela sua elaboração. Anunciou que o GP do PS acompanhava o parecer, que concluía pelo levantamento de imunidade parlamentar, conforme solicitado pelo próprio Deputado visado, pelo que o iria votar favoravelmente.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.^a SL

Na ausência de outras intervenções, **Senhor Presidente da Comissão** submeteu o parecer à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Os trabalhos prosseguiram com o ponto 2 da ordem de trabalhos, tendo o **Senhor Presidente da Comissão** esclarecido que o parecer em causa dizia respeito à renúncia ao mandato pelo Senhor Deputado André Silva (PAN) e sua substituição pelo Senhor Deputado Nelson Silva, tendo-o submetido à votação. O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Antes de entrar no ponto 3, o **Senhor Presidente da Comissão** informou que o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), solicitou o adiamento dos pontos 4, 5 e 6 da ordem do dia, respeitantes às especialidades das iniciativas pendentes em Comissão, dada a sua impossibilidade de estar presente na reunião e poder participar na votação. O **Senhor Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão**, recordou que pelos motivos que referiu no início da reunião relativamente à participação do Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) na reunião da Comissão, a participação do GP do PAN nos trabalhos da Comissão ficaria prejudicada, sendo o PAN um dos proponentes nas três especialidades agendadas, pelo que, também por este motivo, o adiamento das especialidades para a próxima reunião da Comissão seria avisado. Não merecendo o pedido de adiamento qualquer oposição, foram os pontos, 4, 5 e 6 adiados para a próxima reunião da Comissão.

Dadas as implicações do adiamento dos mencionados três pontos na programação dos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente propôs entrar de imediato no ponto 8 - Diversos, para recordar quais os trabalhos que se encontravam pendentes na Comissão, tendo referido: o Relatório do Grupo de Trabalho – Aplicação do Código de Conduta; o parecer de levantamento de imunidade de que é relatora a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS); o parecer sobre as iniciativas legislativas relacionadas com o enriquecimento não declarado, da responsabilidade da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS); o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 90/XIV/2.^a (GOV) - [Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção](#), por parte da relatora, Deputada Sofia Matos (PSD),



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

não esquecendo o conjunto de pareceres sobre o levantamento de imunidade parlamentar a serem apresentados pelo Senhor Deputado João Oliveira (PCP).

Relembrou, que nas duas semanas seguinte iriam decorrer Jornadas Parlamentares, nos dias 14 e 15 de junho as do GP do PSD e nos dias 21 e 22 de junho as do GP do PCP, o que impedia a realização da habitual reunião ordinária da CTED à terça-feira.

Pelo exposto, propôs que a próxima reunião da Comissão se realizasse no dia 16 de junho, pelas 14h e, dispondo apenas de uma hora para a reunião, que a ordem do dia fosse integrada apenas pelos pareceres pendentes em Comissão, à exceção do parecer relativo às iniciativas do enriquecimento não declarado, dado ter baixado mais uma iniciativa à Comissão sobre a matéria, no passado dia 4 de junho. Os trabalhos de especialidade das iniciativas em curso ficariam assim agendados, em princípio, para a quarta-feira seguinte, dia 23 de junho, pela mesma hora.

As observações e proposta do Senhor Presidente, mereceram a anuência da Comissão.

Terminado este ponto, **o senhor Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão**, entrou no ponto 3, tendo de imediato dado a palavra à Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) para apresentar o relatório da Petição n.º 224/XIV.

Na sua apresentação a Senhora **Deputada Márcia Passos (PSD)** referiu ter ouvido os peticionantes em audição no passado dia 19 de maio, por videoconferência, na qual participaram alguns senhores Deputados, nomeadamente o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Explicitou que durante a audição os peticionantes extravasaram o objeto da petição, tendo, em jeito de desabafo, aproveitado o momento para tecerem críticas à atuação dos Deputados, pondo em causa o cumprimento do seu dever de contactar com o eleitorado, na medida em que, alegadamente, os Deputados não respondem aos cidadãos e tão pouco os recebem para expor as suas preocupações. Referiu que a audição punha em causa a imagem dos Deputados, o trabalho parlamentar por si desenvolvido e o bom funcionamento da Assembleia da República enquanto instituição democrática. Disse ter ouvido com respeito os peticionantes, tendo no final da audição sentido a necessidade e a obrigação de explicar a função do Deputado, o trabalho por si desenvolvido e defender a dignidade dos Deputados e da Assembleia da República. Esclareceu que o que se passou na audição, não foi mencionado no relatório pelo motivo que já referiu – extravasou o



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

objeto da petição – mas, achou pertinente partilhar com os restantes colegas Deputados, membros da Comissão, para reflexão. Concluiu, referindo que o relatório sugeria que a petição fosse distribuída aos Grupos Parlamentares para eventual exercício do poder de iniciativa, bem como ao Senhor Presidente da Assembleia da República para os efeitos tidos por convenientes, das diligências efetuadas sendo dado conhecimento aos peticionantes, por remessa do relatório, após a sua aprovação.

Aberto o debate, no uso da palavra o Senhor **Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP)** agradeceu a elaboração do relatório e a partilha do sucedido na audição dos peticionantes, pela Senhora Deputada Relatora, Márcia Passos (PSD). Agradeceu a diligência da Senhora Deputada na condução da audição, na medida em que entende que uma incorreta imagem dos Deputados e do trabalho por si desenvolvido, carece de ser explicitado e contraditado. Agradeceu aos Deputados presentes na audição o respeito com que ouviram os peticionantes e a forma como defenderam os Deputados e a Assembleia da República.

O Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)** secundou as observações da Senhora Deputada Márcia Passos relativamente à audição dos peticionantes, que caracterizou como uma “sessão de auto-flagelação”. Todavia, disse que ouviram os peticionantes com todo o respeito e agradeceu à Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) a elegância e sabedoria com que conduziu a audição. Sublinhou o esforço feito pelos Deputados presentes para ser reposta a seriedade e veracidade das coisas. Felicitou a Senhora Deputada pela elaboração do relatório e disse que o GP do BE o acompanhava, sem reservas.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** agradeceu à Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) a elaboração do relatório, bem como a exposição do que aconteceu durante a audição obrigatória dos peticionantes. Considera que é um dever do Deputado esclarecer o cidadão sobre qual é a função do Deputado e o que envolve o seu trabalho parlamentar. Entende que é fundamental passar para o cidadão uma imagem correta e real do que faz o Deputado e o que o seu trabalho envolve, porque o Deputado trabalha muito, não está só a trabalhar quando aparece em Plenário ou em Comissão. Sublinhou que o trabalho parlamentar se desdobra em inúmeras atividades e tarefas que não têm visibilidade



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

pública, desde a preparação de debates sobre as iniciativas, auscultar os interessados diretos nas mesmas, dirigir perguntas aos Governo, entre muitos outros, trabalhos estes que são feitos nos gabinetes e ultrapassam aqueles escassos minutos de visibilidade pública que decorrem da sua participação nos trabalhos em Plenário e em Comissão, e o cidadão deve ser esclarecido e sensibilizado para essa realidade. Concluiu, dizendo ser importante e um dever de cada um dos Deputados trabalhar no sentido de passar para o exterior esta mensagem.

Findo o debate, o **Senhor Presidente da Comissão** deu a palavra à relatora para uma intervenção final, tendo a Senhora **Deputada Márcia Passos (PSD)** agradecido todos os contributos dos colegas. Reiterou que notoriamente a petição tinha a intenção clara e inequívoca, embora sem correspondência expressa no seu texto, de apontar o dedo ao Deputado, pondo em causa a seriedade e diligência com que desempenha a sua função e como decorrem os trabalhos parlamentares, que foi e é necessário desconstruir, porque errónea. Sublinhou que é importante esclarecer que não é pelo facto de o Deputado estar a tarde ou a manhã inteira no Plenário que dignifica a sua função e o trabalho parlamentar. Concluiu, dizendo que o assunto merece reflexão, competindo a cada Deputado desconstruir esta ideia errada que o cidadão tem da função de Deputado, só assim sendo possível dignificar a Função do Deputado e da Assembleia da República, enquanto instituição democrática.

Seguidamente o **Senhor Presidente da Comissão** colocou à votação o relatório da Petição, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Por fim, o **Senhor Presidente da Comissão** entrou no ponto 7 da ordem de trabalhos tendo colocada a ata n.º 49 à apreciação. Não merecendo observações, colocou-a à votação tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.^a SL

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de junho de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 50/XIV/2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Jorge Lacão (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Rita Borges Madeira (PS)

André Coelho Lima (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Pedro Rodrigues (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Eurídice Pereira (PS)

Lúcia Araújo Silva (PS)

Eduardo Teixeira (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia (PS)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

João Oliveira (PCP)